

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E
TRABALHO PROFISSIONAL**

PATRICIA VEDANA

**PRECISAMOS ROMPER O “SILÊNCIO DOS HOMENS”
A POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM GRUPOS
REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**CHAPECÓ
2025**

PATRICIA VEDANA

PRECISAMOS ROMPER O “SILÊNCIO DOS HOMENS”
A POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM GRUPOS
REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Artigo apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana De Toni

CHAPECÓ
2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vedana, Patricia

PRECISAMOS ROMPER O SILÊNCIO DOS HOMENS: A
POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM GRUPOS
REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO /
Patricia Vedana. -- 2025.

22 f.

Orientadora: Doutora Adriana de Toni

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização
Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho
Profissional, Chapecó, SC, 2025.

I. Toni, Adriana de, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

PATRICIA VEDANA

PRECISAMOS ROMPER O “SILÊNCIO DOS HOMENS”
A POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM GRUPOS
REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional.

Este trabalho foi defendido e aprovado 06/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana De Toni
Orientadora

PRECISAMOS ROMPER O “SILÊNCIO DOS HOMENS”: A POTENCIALIDADE DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Patricia Vedana¹

RESUMO

Este estudo propõe analisar a contribuição do saber construído pelo Serviço Social na intervenção junto a grupos reflexivos para homens autores de violências de gênero. Busca-se refletir sobre como a inserção de assistentes sociais na gestão, planejamento, coordenação e facilitação desses grupos pode qualificar as práticas interventivas. Para tanto, inicia-se com a contextualização da realidade da violência contra a mulher, a partir de um recorte sociodemográfico que evidencia a gravidade e a persistência desse fenômeno. Em seguida, apresenta-se o conceito e os objetivos dos grupos reflexivos para homens autores de violência, destacando os motivos pelos quais essas iniciativas vêm sendo reconhecidas como estratégias eficazes na redução da reincidência criminal, na cessação de comportamentos violentos e na promoção de relações interpessoais mais equitativas. Por fim, problematiza-se a interface entre o Serviço Social e esse campo de atuação, discutindo as potencialidades e os desafios da atuação profissional nesse contexto.

Palavras-chave: Serviço Social; homens autores de violência; violência contra a mulher; masculinidades; relação de gênero.

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero constitui uma das expressões mais complexas da questão social, com raízes históricas profundas na constituição da sociedade capitalista. Essa estrutura se sustenta também no patriarcado, que contribui para a manutenção do status quo e das relações de poder e subalternização da classe trabalhadora. Os índices cada vez mais alarmantes de feminicídios e outras formas de violência contra as mulheres geram uma sensação de insegurança constante na sociedade, o que, por sua vez, alimenta uma lógica punitivista que clama por penas mais severas. Nesse contexto, a prisão é frequentemente percebida pelo senso comum como a solução imediata para o problema.

Contudo, é necessário reconhecer que os muros da prisão representam uma barreira simbólica e concreta que separa a sociedade de seus próprios conflitos. Sob essa ótica, torna-se urgente refletir sobre alternativas que permitam aos homens envolvidos em situações de violência o acesso a espaços de escuta, responsabilização e transformação. Tais espaços devem possibilitar a ressignificação do delito e das formas de se relacionar com as mulheres.

¹ Formada em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó; Pós-graduada em Serviço Social pela Faculdade Focus, Estudante da Pós-graduação *Lato Sensu* em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Chapecó. Este artigo foi apresentado para corresponder à exigência de trabalho para conclusão do mencionado curso, e foi orientado pela Prof.^a Dra.^a Adriana De Toni.

É nesse cenário que ganha relevância a discussão sobre medidas alternativas à prisão, especialmente aquelas que envolvem acompanhamento especializado aos homens autores de violência de gênero.

A temática do trabalho com homens autores de violência (HAV) tem ganhado visibilidade nas últimas décadas, embora suas primeiras experiências remontem ao final dos anos 1970 nos Estados Unidos, e no Brasil, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A promulgação da Lei nº 11.340/2006 — a Lei Maria da Penha — representou um marco importante ao ampliar as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo o atendimento aos agressores como parte da política pública.

O artigo 35 da referida lei definiu que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios poderiam “... criar e promover, no limite das respectivas competências (...) centros de educação e de reabilitação para os agressores”. Em 2020, uma modificação na Lei alterou a redação do art. 22, estabelecendo a possibilidade de determinação judicial para o “VI - comparecimento do agressor a programas de recuperação; e VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio”.

Buscando apresentar respostas a estas problemáticas, os grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero - GHAV surgem com o objetivo principal de promover a reflexão dos homens autores de violência de gênero sobre assuntos relacionados ao contexto patriarcal, machista e misógino que baliza nossa sociedade, e os impactos deste para as relações sociais, conjugais e familiares, os quais, muitas vezes, repercutem nas violências de gênero.

O interesse por aprofundar o estudo sobre essa temática surgiu a partir da experiência profissional da autora como assistente social na Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA) de Chapecó, vinculada à Coordenadoria de Penas Alternativas e Apoio ao Egresso (CEPAE), da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social de Santa Catarina (SEJURI). Implantada em 21 de agosto de 2013, a CPMA de Chapecó tem como missão acompanhar, monitorar e fiscalizar o cumprimento de alternativas penais na comarca. A partir de 2015, passou também a atender pessoas em regime aberto e, atualmente, acompanha egressos do sistema prisional.

As penas alternativas foram concebidas com o objetivo de ampliar o acesso a direitos e construir caminhos para a redução do encarceramento. Destacam-se por sua atuação na reconstrução de vínculos sociais, na manutenção da convivência comunitária e no respeito à dignidade humana e às garantias individuais. Como afirmam Machado e Santos (2022, p. 4), sua missão é “promover a inclusão social da pessoa em alternativa penal e prevenir a reincidência criminal”.

Considerando a especificidade do atendimento voltado a penas e medidas alternativas à prisão, e diante da crescente demanda por acompanhamento especializado aos homens autores de violência, o Programa Centrais de Penas e Medidas Alternativas desenvolveu o Projeto Refletir. Seu objetivo geral é:

Promover a reflexão dos homens autores de violência doméstica contra as mulheres sobre a responsabilização da violência, contribuindo para relacionamentos mais equitativos, desenvolvendo o controle emocional e a autoestima para a cessação de comportamentos violentos com intuito de minimizar os índices de reincidência. (MACHADO e SANTOS, 2022, p. 4)

Pioneira na região Oeste de Santa Catarina, a experiência do Projeto Refletir teve início em Chapecó no começo de 2016 e se consolidou como referência no atendimento a homens autores de violência. Essa vivência foi significativa na trajetória profissional da autora e motivou o aprofundamento teórico sobre o tema, com vistas a qualificar ainda mais a intervenção profissional do Serviço Social nesse campo.

2. A REALIDADE DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

A história de colonização do Oeste de Santa Catarina é marcada por processos de expropriação, violência e exclusão social. Os povos originários que habitavam essas terras foram expulsos e privados de seus territórios. A forte influência da Igreja Católica Apostólica Romana também desempenhou papel central na socialização das famílias, que viviam subordinadas às paróquias locais. Segundo Radin e Corazza (2018), a violência foi uma característica estruturante da região, manifestando-se em conflitos de fronteira, disputas políticas e tensões étnicas. Tratava-se de uma sociedade profundamente conservadora, marcada por práticas coronelistas de mando e poder, linchamentos públicos e crimes violentos frequentemente impunes.

Nesse contexto, é fundamental compreender como as relações de gênero se inserem em uma lógica social baseada na dominação do mais forte sobre o mais fraco. A historiadora Cristina Scheibe Wolff, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em entrevista publicada pelo portal ND+ (30/12/2022)², destaca que:

As empresas colonizadoras criaram as cidades na região Oeste com uma cultura de masculinidade violenta, baseada na ideia de que o homem deveria ser aquela pessoa que pode exercer a violência. Essa cultura local ajuda a pensar essa questão da violência como parte da sociedade. (...) Quando as mulheres escapam do controle dos companheiros, seja ao sair de casa ou buscar trabalhos, ou outras relações amorosas, existe uma revolta por questionar a autoridade masculina. Elas estão tentando se desvencilhar desses laços que as amarram dentro de relações extremamente violentas, que tolem a iniciativa delas.²

Esse histórico de dominação e subjugação feminina contribui para a formação de ambientes marcadamente machistas e misóginos, que impactam diretamente na perpetuação das violências contra as mulheres. A violência de gênero, nesse sentido, é expressão direta das relações hierárquicas de poder entre os sexos. Como afirma Silva (2014, p. 2806), “a violência contra as mulheres decorre diretamente das relações de poder hierarquizadas entre os sexos. Ela é o mecanismo através do qual também o homem se afirma como tal, diferente da mulher, ou melhor, confirma a sua masculinidade em oposição à feminilidade.”

Os dados reforçam a gravidade do cenário. A região Oeste de Santa Catarina liderou o ranking estadual de feminicídios por três anos consecutivos, entre 2020 e 2022, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC), conforme reportagem do ND+ (30/12/2022). Em 2020, das 57 mulheres assassinadas por feminicídio no estado, 17

² SALINET, Maria Fernanda. Ideia de ‘faroeste’ ajuda a explicar porque região de SC lidera feminicídios. ND+, Florianópolis/SC, 30/12/2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/ideia-de-faroeste-ajuda-a-explicar-por-que-regiao-de-sc-lidera-feminicidios-veja-dados/>. Acesso em: 30 de maio de 2025

foram na região Oeste. Em 2021, foram 55 vítimas no total, com 16 casos registrados na mesma região.

Além disso, o Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina aponta que, entre 2020 e 2024, a Mesorregião Oeste ocupa o segundo lugar em número absoluto de registros de violência contra a mulher no estado, com 77.534 ocorrências — atrás apenas do Vale do Itajaí, que contabiliza 93.556 registros. Considerando a distribuição populacional, esses números revelam uma incidência desproporcionalmente alta, o que evidencia a urgência de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento da violência de gênero na região.

3. GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os GHAV são grupos que têm caráter reflexivo e educativo, sendo planejados e executados à luz da perspectiva de gênero, em uma abordagem relacional de análise histórica e de crítica social, amparados nas teorias feministas. São focados na desconstrução de padrões tóxicos de masculinidade e possuem potencial significativo na diminuição dos índices de reincidência criminal, cessação de comportamentos violentos e na construção de relacionamentos equitativos³.

Beiras et al. (2021) esclarecem que os GHAV são, em geral, direcionados a homens que não ingressaram voluntariamente em processos de reflexão sobre suas masculinidades. Em contraste, os grupos de masculinidades, de modo mais amplo, costumam ser frequentados por sujeitos já conscientes dessas questões. No entanto, ambos os espaços podem coexistir e dialogar, desde que estejam comprometidos com a equidade de gênero e os direitos humanos, evitando essencialismos e vínculos fraternos que desconsiderem ou minimizem a experiência do gênero oposto.

Para compreender o trabalho realizado nos GHAV, é fundamental, antes de tudo, entender o conceito de gênero. Gênero refere-se à forma como a sociedade socializa meninos e meninas, atribuindo-lhes características, comportamentos, atitudes e papéis que devem ser assimilados e desempenhados conforme o sexo atribuído ao nascimento. Trata-se, portanto, de uma construção social que vai além do sexo biológico e, justamente por ser construída, é também passível de transformação.

Compreender o que é gênero e como essa construção influencia nossas relações interpessoais implica, necessariamente, em desnaturalizar a ideia de que homens e mulheres possuem essências fixas e distintas. Isso inclui rejeitar a noção de que a violência masculina é fruto de uma suposta natureza biológica. Como afirmam Beiras et al. (2021), é preciso romper com essa lógica essencialista para que se possa responsabilizar os sujeitos por suas ações e, ao mesmo tempo, oferecer caminhos para a ressignificação de suas identidades e práticas.

Em vez de pensar em termos de sexo masculino e feminino é preciso ir além, para que se entenda o caráter cultural dos processos de subjetivação que atravessam os sujeitos. Daí a importância de entender gênero como categoria analítica. (...) Dito de

³ Sugestão de filme que aborda a temática dos grupos para homens autores de violência de gênero: **Pelos teus olhos**. Espanha, 2003. Direção: Icíar Bollaín | Roteiro Alicia Luna, Icíar Bollaín. Título original: Te doy mis ojos.

outra maneira: em vez de se falar em masculino e feminino enquanto essência, é necessário compreender gênero enquanto norma, e explicitar, em cada caso, o que diz essa norma. (BEIRAS *et al.*, 2021)

Adotar uma perspectiva de gênero implica compreender como as diferentes formas de ser homem e mulher influenciam as múltiplas possibilidades de vida de um sujeito. Essa compreensão é fundamental para fomentar a reflexão e ressignificar as identidades masculinas, especialmente no contexto dos grupos voltados a homens autores de violência (BEIRAS *et al.*, 2021).

Neste mesmo viés, é imperioso problematizar a forma como os homens têm sido formados/construídos pela nossa sociedade. Apesar da diversidade de contextos e influências que moldam essas subjetividades, é evidente a presença de um discurso tradicional que associa a masculinidade ao controle — de si e dos outros — vinculando, de maneira mais ou menos explícita, o ser homem ao exercício da violência (BEIRAS *et al.*, 2021). Para Zanello (2018), esse fenômeno pode ser compreendido por meio do conceito de “dispositivo da eficácia”, que revela como, diante da impossibilidade de exercer o poder internalizado como um direito inquestionável, muitos homens recorrem à violência como forma de reafirmação diante dos mais vulneráveis, especialmente as mulheres.

Sob uma perspectiva macrossocial, é inegável que essas normativas de gênero cumprem um papel funcional na manutenção do modo de produção capitalista. Esse sistema se vale de diversas estratégias para perpetuar relações de poder e dominação sobre a classe trabalhadora, entre elas o patriarcado, o neoconservadorismo e os neofascismos. Barroco (2022) contribui com uma análise essencial ao demonstrar como os discursos de ódio se intensificam e encontram respaldo na sociedade contemporânea. A autora sintetiza os princípios do neoconservadorismo — que combina valores do conservadorismo moderno e clássico, como a valorização da tradição, da hierarquia, da autoridade e das instituições tradicionais, como a Igreja e a família patriarcal — e do neoliberalismo, que prega a não intervenção do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo e o combate aos direitos e movimentos sociais.

Segundo Barroco (2022), o objetivo desses discursos é conservar valores enraizados pelo hábito, perpetuando-os por meio da tradição. A estabilidade social, nesse contexto, é associada à manutenção da “ordem”, enquanto a “desordem” é atribuída à luta de classes, à recusa do modelo patriarcal, às novas formas de relações afetivas e à diversidade de orientações sexuais. Assim, a lógica do capital impõe uma estrutura social que sustenta a ideia de “família tradicional”, com papéis rigidamente definidos para homens e mulheres.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de um acirramento dos conflitos sociais e da propagação de discursos de ódio que reproduzem diversos elementos do neoconservadorismo: o culto à violência e ao militarismo; a negação da ditadura empresarial-militar; o anti-intelectualismo típico de regimes fascistas, que desqualifica o conhecimento acadêmico crítico; a defesa da ordem por meio da exclusão de grupos sociais e da perseguição a movimentos de esquerda; a negação da diversidade; a moral sexual machista e homofóbica, expressa em falácias como o “kit gay” e a “ideologia de gênero”; o nacionalismo exacerbado, com a apropriação de símbolos nacionais; a construção de uma sociabilidade baseada na oposição entre “nós” e “eles”; o sucateamento dos bens públicos, das políticas sociais e ambientais; a ofensiva antidemocrática; e a crença na salvação da pátria por meio da

eliminação de inimigos internos, como a suposta ameaça comunista. Soma-se a isso a legitimação da violência policial, o fortalecimento do fascismo via religião e o incentivo ao ódio como forma de expressão social (BARROCO, 2022).

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre como essas estruturas impactam os sujeitos sociais. No caso específico dos homens, muitos sequer reconhecem suas condutas como violentas, pois estas são validadas por um sistema que naturaliza a dominação. A análise que se impõe é a de que essa postura legitima a violência contra a mulher como uma resposta aceitável aos conflitos. Assim, os homens passam a se perceber como vítimas ao serem punidos por comportamentos que o próprio sistema lhes ensinou como normais e até desejáveis:

Homens encabeçam estatísticas como autoria em homicídios por arma de fogo e violência contra a mulher (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), vitimização em suicídios, homicídios e acidentes (IBGE, 2018), população carcerária (Moura, 2019), consumo de álcool e outras drogas (Laranjeira, Madruga, Pinsky, Mitsuhiro e Caetano, 2012). O recente levantamento autopreenchido realizado pelo site Papo de Homem sob a coordenação da pesquisadora Juliana Pava (2019) e que deu origem ao Documentário “O silêncio dos homens”⁴, contando com respostas de 27.702 homens em todo o território nacional, aponta para dados alarmantes relacionados a sofrimento psíquico, vício em substâncias, solidão, vício em pornografia, dentre outras questões. (BEIRAS et al, 2021)

Beiras (2021) apud Zanello (2020) falam de um tipo de cumplicidade masculina

A chamada “brotheragem”, a camaradagem que se baseia na exclusão do outro (...) e que constitui uma união reativa, uma falsa comunidade onde todos acreditam que se entendem (...) e que não precisam falar sobre si. Nestes grupos o ódio expressado a partir de “piadas” e imagens degradantes de mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+ testemunham a constituição de uma cumplicidade que tem por vetor o medo da diferença.

Os Grupos de Homens Autores de Violência (GHAV) representam uma inflexão significativa na lógica tradicional da socialização masculina. Ao estimularem que os homens falem de si, expressem suas vulnerabilidades e reflitam sobre suas trajetórias, esses espaços contribuem para desconstruir a ilusão de semelhança propagada por grupos misóginos.

Essa ilusão de unidade entre os homens é, muitas vezes, sustentada pelo silêncio — especialmente em relação às violências praticadas por amigos, colegas e por eles próprios. Ao romper com esse silêncio, os GHAV criam condições para o surgimento de novas formas de ser homem, baseadas na responsabilização, na escuta e na construção de relações mais igualitárias.

A socialização dos meninos⁵ é, de maneira geral, a construção de uma homosociabilidade, ou seja, uma forma de socialização que privilegia o olhar, a opinião, o contato e a troca entre iguais. Obviamente que aquele que será considerado “igual” não será qualquer homem, mas sim quem se enquadrar no ideal ali presente (um ideal que geralmente bebe das estruturas patriarcais e coloniais

⁴ Documentário de extrema relevância para a compreensão a respeito da construção das masculinidades. Está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE&list=PLV8siqRMVJ2algHcbaNPimU8Z8omJDpGN&index=1&t=4s>

⁵ A série “Adolescência”, disponível na plataforma de streaming Netflix, gerou ampla discussão nas redes sociais no início do ano de 2025, e apresenta elementos importantes sobre a socialização dos meninos na atualidade.

expostas anteriormente). Brincadeiras precoces relacionadas à sexualidade, à hierarquia, à resistência à dor e ao medo, ao repúdio à feminilidade e à delicadeza, dinâmicas esportivas de valorização da virilidade, comentários à meia-voz ou a plenos pulmões sobre experiências sexuais com as meninas como se fossem conquistas a serem exibidas, fotos tiradas ou compartilhadas sem consentimento de outras mulheres, controle de uns sobre os outros na forma como sentam, cruzam as pernas, falam, da roupa que usam, de como se comportam com suas eventuais companheiras... (BEIRAS *et al.*, 2021, *apud* Welzer-Lang (2001))

Esse sistema de regras que orienta a construção da masculinidade é o que Welzer-Lang denomina de “a casa dos homens” — uma metáfora que representa a jornada de socialização masculina. Nessa trajetória, cada avanço corresponde à entrada em um novo “cômodo”, ou seja, um espaço simbólico onde a homossociabilidade pode ser vivida e experimentada entre pares.

Nesses grupos, os homens mais velhos — já iniciados por outros — assumem o papel de guias: mostram, corrigem e moldam os que buscam acesso à virilidade. Uma vez superada a primeira etapa, cada homem passa a ocupar simultaneamente as posições de iniciado e de iniciador, perpetuando o ciclo de reprodução das normas de masculinidade (Beiras *et al.*, 2021, *apud* Welzer-Lang, 2001, p. 462).

Por isso a importância do trabalho em grupo, uma vez que as masculinidades são constituídas de maneira relacional e dentro de um quadro cultural que privilegia uma organização hierárquica e homossocial. Se o atrelamento entre masculinidade e violência ocorre, de maneira geral, em contextos grupais e ao longo da história do sujeito, a desconstituição do grupo como espaço onde um ideal rígido de homem é reforçado pode dar lugar à convivência e construção mútua entre homens, abrindo-os para aceitar a alteridade dentro de si mesmos e, conseqüentemente, a diferença nas outras pessoas. É preciso, portanto, abrir mão da construção de hegemonia nas relações, algo muito presente nas formas masculinas de socialização. (BEIRAS, 2021)

Com base nos argumentos apresentados, e considerando que a masculinidade é uma construção social aprendida ao longo do processo de socialização dos homens, compreende-se que é possível promover mudanças nos padrões de comportamento masculinos.

Nesse sentido, os Grupos de Homens Autores de Violência (GHAV) configuram-se como estratégias relevantes na lógica da redução das violências e da construção de novos paradigmas relacionais entre homens e mulheres.

É fundamental destacar que a defesa do trabalho com homens autores de violência deve ser pautada por uma abordagem **responsabilizadora e reflexiva**, orientada pelas teorias de gênero. Essa abordagem parte da compreensão da identidade de gênero como relacional, normativa, performativa, histórica e variável, e do gênero como uma categoria analítica — uma lente para compreender diversos fenômenos sociais e históricos (Beiras *et al.*, 2021, p. 32).

4. E O QUE O SERVIÇO SOCIAL TEM A VER COM ISSO?

Dito tudo isso, direcionamos a reflexão para a maneira como o machismo e o patriarcado tem se estruturado como formas de dominação históricas, e o entendimento do Serviço Social a respeito desta expressão da questão social. Além disso, é importante pensar

como estes conceitos se articulam com a agenda neoconservadora e neofascista no Brasil contemporâneo e os efeitos que esta simbiose gera na construção das relações sociais.

O Serviço Social institucionaliza-se como profissão na sociedade brasileira impulsionado pela Igreja Católica, mobilizado como recurso pelo Estado e pelo capital, sob a justificativa ideológica de atuação frente à questão social.

Essa origem revela a intenção de criar uma forma específica de socialização do trabalhador, moldando-o à lógica da vida industrial e ao ritmo de disciplinarização do trabalho. O objetivo era formar uma classe trabalhadora submissa, ajustada ao perfil do “bom operário”, de modo a garantir maior produtividade e, conseqüentemente, ampliar a margem de lucro dos detentores do capital.

Para Iamamoto (2003, p. 77)

o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana (...) contexto em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, e que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

Assim, o Serviço Social caracteriza-se como uma profissão inscrita no terreno político e ideológico, cujo significado sócio-histórico está profundamente vinculado à dinâmica da vida social, ao desenvolvimento monopolista e às forças sociais em disputa (Forte, 2020).

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de renovação que abrangeu todas as suas dimensões constitutivas — da formação acadêmica à intervenção profissional. A partir dos anos 1980, os dilemas da sociedade brasileira se intensificaram com a crise econômica, resultando na configuração de uma nova ordem social, marcada por transformações culturais, mudanças nas relações de trabalho e pela ampliação da atuação de setores organizados na luta por direitos democráticos. Essas transformações impactaram diretamente as demandas sociais e as práticas profissionais, exigindo da categoria uma revisão crítica de seu compromisso ético-político com a população usuária.

Desde então, tem-se reiterado que o Serviço Social é “uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais” (Iamamoto, 2006). A partir dessa compreensão, é necessário refletir sobre o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais — um significado que não se alinha aos interesses do mercado, como interessam-se os neoliberais. Para estes, as leis que regem a produção e a distribuição da riqueza seriam “naturais” e, portanto, imutáveis pela ação humana.

O adensamento do debate profissional, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, contribuiu para o amadurecimento da teoria crítico-dialética que fundamenta o projeto ético-político da profissão, consolidado a partir do movimento de reconceituação. Esse projeto, comprometido com os “novos tempos”, propõe uma ressignificação da noção de liberdade, entendida como valor ético-fundamental.

Diferentemente da concepção liberal — que entende a liberdade como escolha individual em um mercado competitivo — o projeto profissional defende uma liberdade historicamente situada, como possibilidade concreta de escolha entre alternativas reais. Por isso, compromete-se com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais.

Como afirma Netto (2004), “este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. A partir dessas bases, o projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio ao arbítrio e aos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade quanto no exercício profissional. Nesse sentido, segundo o autor

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO; 2004)

As diretrizes da formação profissional em Serviço Social devem se estruturar em núcleos articulados entre si, compostos pelos fundamentos da vida social, pela formação sócio- histórica da sociedade brasileira e pelo trabalho profissional. Esses núcleos oferecem os referenciais teórico-práticos indispensáveis à compreensão do movimento da reprodução social, para além da questão social e suas múltiplas e mutáveis manifestações (Koike, 2009). Tal estrutura visa à formulação de procedimentos operativos que acompanhem a dinâmica societária e qualifiquem o desempenho profissional, de modo a responder efetivamente às demandas de intervenção. Ao se considerar a liberdade como princípio fundamental — em consonância com o projeto ético-político da profissão, o Serviço Social só será compreendido nessa perspectiva “da reinvenção do cotidiano, da iniciativa, fruto da crítica social e do dimensionamento das estratégias político-profissionais, à medida que exigir uma delicada sintonia entre o saber técnico e a competência política”. (Sales & Paiva, 2000, p. 183).

Para que o projeto ético-político se concretize, é necessário integrar de forma efetiva as três dimensões que constituem o Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Essas dimensões se complementam e, juntas, possibilitam uma intervenção profissional verdadeiramente comprometida com os princípios do Código de Ética e com o projeto societário da profissão.

O Serviço Social se caracteriza, assim, por um desafio constante: lutar pela valorização do coletivo em uma sociedade cada vez mais individualista; buscar a garantia de direitos em um cenário de desvalorização das lutas sociais; e enfrentar, cotidianamente, as forças que mantêm a hegemonia, perpetuam o *status quo* e oprimem as possibilidades de construção de uma sociedade justa. É nesse horizonte que reside a potência do trabalho com os Grupos de Homens Autores de Violência (GHAV).

O Serviço social possui como objeto de trabalho a questão social, que, de forma resumida, está enraizada na contradição entre capital e trabalho, e na concepção mais reconhecida dentro do Serviço Social

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77):

Para a manutenção da organização social que favorece a acumulação do capital, é necessário um controle rígido que ultrapassa a esfera do trabalho, estendendo-se a dimensões sociais, culturais, ideológicas, entre outras.

É nesse contexto que a violência contra a mulher deve ser compreendida como uma das múltiplas expressões da questão social — expressões estas constituídas pelo conjunto de desigualdades geradas pelo antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

Essa violência, portanto, não é um fenômeno isolado ou meramente individual, mas sim parte de uma engrenagem estrutural que sustenta a lógica de dominação e exploração característica do sistema capitalista patriarcal. Para Costa e Vieira (2022)

a violência contra as mulheres possui uma vinculação estrutural com as relações de gênero e as relações étnico-raciais fundamentadas no machismo, no sexismo e no racismo. E que promovem condições de vida, de trabalho e de acesso desiguais para as mulheres e as mulheres negras, por exemplo. Assim, a violência é um dos mecanismos utilizados para coagir as mulheres a permanecerem nos lugares determinados pelos elementos estruturais do modo de produção capitalista no Brasil, no caso o patriarcado e o racismo.

Costa e Vieira (2022) apud Safiotti (1994) explicam que a violência contra as mulheres é um fenômeno transversal à sociedade, sendo “um elemento fundamental no processo de controle social e enquadramento das mulheres no ordenamento social de gênero”. Nesse sentido, torna-se evidente que, ao refletirmos sobre a relação capital versus trabalho — que fundamenta a questão social — não se pode desconsiderar a intrínseca articulação entre patriarcado e capitalismo. Ambos operam de forma interdependente na manutenção de estruturas de dominação, nas quais a violência de gênero cumpre um papel estratégico de controle e subordinação das mulheres, garantindo a reprodução das desigualdades sociais e de gênero. Assim,

A existência de tais componentes estruturais na formação e desenvolvimento da questão social se expressam nas relações sociais produzindo situações de violência, opressão, exploração, dominação e desigualdades. Assim, a violência contra as mulheres é uma expressão da questão social que deve ser estudada e analisada pela categoria profissional. É uma demanda social que aparece em grande parte dos espaços sócio-ocupacionais requerendo o entendimento dos seus fundamentos enquanto fenômeno histórico-social e sua relação com a matéria da profissão, a questão social. (COSTA & VIEIRA, 2022)

Nota-se, por meio de toda a problematização anterior, que o machismo e o patriarcado são elementos basais do capitalismo. O caderno do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS “*Assistente Social no combate ao preconceito - machismo*” (CFESS, 2019) conceitua o machismo como

O preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres, inferiorizando-as com a finalidade de controlar comportamentos e

subjugar sua existência, para que a apropriação do tempo, do corpo e do trabalho delas seja mais eficaz e lucrativa nessa sociedade.

Assim, o machismo está imbricado em muitas outras expressões e, apesar de aparecer em atitudes individuais, possui bases materiais e ideológicas para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Para Tenório

O machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, possui bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo, o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres.” (2019, p. 9).

O machismo é, portanto, uma expressão concreta do patriarcado. Ele está impregnado em atitudes cotidianas e, muitas vezes, também em nossas práticas profissionais. Um exemplo recorrente ocorre quando, diante de uma situação de aparente “negligência” contra crianças e adolescentes, apenas a mãe é convocada para atendimento no CRAS. Isso acontece porque se presume que ela é a principal responsável pelo cuidado dos filhos, enquanto se supõe que o pai esteja trabalhando e, portanto, impossibilitado de comparecer.

Essa prática, amplamente disseminada nas políticas públicas, reflete uma lógica que está em consonância com os valores defendidos pelo neoconservadorismo, que busca preservar a estrutura da família tradicional e os papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres. Tal lógica contribui para a perpetuação do patriarcado e do machismo.

Somos, assim, ao mesmo tempo, produtos e produtoras das identidades de gênero e da realidade social em que estamos inseridos. Ao reproduzirmos estereótipos de gênero em nossas práticas, reafirmamos essas identidades e contribuimos para sua naturalização, tornando-as socialmente aceitas como “normais”.

O caderno do CFESS reflete sobre isso ao citar que

Como as mulheres são as que, majoritariamente, vão até os serviços e as principais responsáveis pelos cuidados, acabamos por culpabilizá-las quando não cumprem tal tarefa, sem relacionar tudo o que essa mulher vivencia e enfrenta, geralmente, para reproduzir a si e aos familiares. (...) Assistentes sociais, ao exigirem, geralmente de mães e avós, respostas aos comportamentos das crianças e adolescentes, às faltas escolares, em situações de doença, dentre tantas sobrecargas reforçadas profissionalmente, contribuem “para o processo de desresponsabilização do Estado e de responsabilização consequentemente da família, mais precisamente da mulher. Situações desse tipo resultam em uma atuação que reforça o machismo e responsabiliza unilateralmente a mulher, sem questionar a responsabilidade do homem no processo. (p. 18)

O citado caderno do CFESS amplia essa reflexão ao trazer uma discussão fundamental sobre o compromisso ético-político do Serviço Social na luta contra o machismo e na defesa dos direitos das mulheres. Trata-se de um compromisso que não é apenas teórico, mas profundamente enraizado na constituição histórica e social da profissão.

O Serviço Social é uma categoria majoritariamente composta por mulheres, marcada por uma “identidade feminina” na divisão social e sexual do trabalho. Além disso, é uma

profissão voltada ao cuidado — uma tarefa historicamente atribuída ao feminino. Essa marca de gênero é um elemento central para a análise dos traços de subalternidade que ainda atravessam a profissão.

Por estar fundado em relações sociais estruturais, o machismo se manifesta em diversos âmbitos das relações humanas, produzindo efeitos profundamente prejudiciais à equidade de gênero. No entanto, é igualmente importante compreender o machismo como consequência da forma como as masculinidades são historicamente construídas — e da maneira como cada homem se apropria dessas construções. Para Silva, 2014

[...] a interiorização da masculinidade é um processo de grande sofrimento psíquico, pois implica no recalçamento de sentimentos e afetos considerados “femininos”. Esses sentimentos reprimidos são canalizados na forma de ira contra si e contra outros, homens ou mulheres. (SILVA, 2014, p. 2806).

Ao analisarmos as competências profissionais do/a assistente social, é fundamental considerar a reflexão proposta por uma das principais autoras do Serviço Social brasileiro. Yamamoto (apud Chauí, 1989) nos alerta para o risco de confundirmos tais competências com o chamado “discurso da competência”, no qual ocorre uma dissimulação da realidade. Nesse discurso, o poder se apresenta como se emanasse de uma racionalidade própria do mundo da burocracia, sustentado por uma suposta neutralidade científica.

Para a autora, o que nos interessa é justamente o oposto: uma competência crítica, capaz de desvendar os fundamentos conservadores e tecnocráticos que sustentam esse discurso. Trata-se de uma competência que vai à raiz dos fenômenos sociais e revela a trama submersa dos saberes, recusando-se a aceitar o instituído de forma acrítica. Essa postura não se resume à denúncia ou à recusa do que está posto, mas pressupõe um diálogo profundo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes sociais, a partir dos quais os discursos são construídos. Isso implica considerar suas bases históricas, suas formas de pensar e interpretar a vida social (Yamamoto, 2009).

A autora ainda argumenta que

as(os) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas.

Assim, o trabalho do assistente social é marcado por diversas demandas que expressam a dinâmica das relações sociais que se estabelecem na sociedade e o exercício profissional é intrinsecamente influenciado pelo enredo destas relações. Yamamoto (2017, p. 30) elucida que

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. (...) Isso requer tanto competência teórico- metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos

sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

Todos esses elementos demonstram que o Serviço Social é uma profissão cuja base teórica se orienta para a análise do sujeito em sua inserção nos contextos micro e macrosociais. Por possuir um caráter sociopolítico e eminentemente interventivo, é fundamental que a leitura das conjunturas sociais seja realizada sob uma perspectiva crítica, voltada à transformação da realidade.

É nesse horizonte — de análise, decifração e intervenção na realidade — que o/a assistente social é convocado/a a ocupar diversos espaços de trabalho, nos quais se depara com múltiplas expressões da questão social, entre elas, as violências.

Nesta conjuntura, o trabalho com homens autores de violência emerge embasado em ainda recente produção científica, defendendo a proposta de dialogar com estes homens, olhando para suas histórias e suscitando discussões sobre os cenários que permeiam as construções das masculinidades e suas relações com violência, gênero e outras implicações sociais.

O uso do termo “autor de violência” não é aleatório. Diferentemente de “agressor”, essa nomenclatura, adotada sob a perspectiva de gênero, busca não reduzir o homem ao ato violento que cometeu, mas sim sinalizar a possibilidade de que ele construa novas formas de se relacionar.

Com base nesses entendimentos, propõe-se analisar como o Serviço Social pode contribuir para a concepção e o desenvolvimento de ações com homens autores de violência. Trata-se de um trabalho de caráter reflexivo e educativo, planejado e executado à luz da perspectiva de gênero, com uma abordagem relacional, histórica e crítica da realidade social. O foco está na desconstrução de padrões tóxicos de masculinidade.

Com caráter reflexivo e educativo, planejado e executado à luz da perspectiva de gênero, em uma abordagem relacional de análise histórica e de crítica social, a aplicação deste trabalho deve ser focada em desconstruir padrões tóxicos de masculinidades. Uma das abordagens que se vislumbra neste processo é a da educação popular, baseada na metodologia de Paulo Freire, a qual assume uma postura libertadora e de busca pela autonomia dos sujeitos, à medida que parte da realidade vivenciada por eles para construir o conhecimento coletivo. Essa abordagem carrega direta relação com o Serviço Social, que, historicamente foi marcado por uma “dimensão pedagógica” que se articula com uma função educativa e transformadora que a/o assistente social desempenha em suas práticas profissionais. Segundo Abreu (2004, p. 44)

O fundamento básico desta discussão sobre a dimensão pedagógica da prática do assistente social, inscrita em processos contraditórios de organização e reorganização da cultura, encontra-se na premissa gramsciana de que ‘toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica’. (...) Isto é, as relações pedagógicas fazem parte do nexos da cultura, mediante o qual são articulados os interesses econômicos, políticos e ideológicos, plasmando subjetividades e normas de condutas individual e coletivas, elementos moleculares de uma cultura. Isto equivale dizer que nexos orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura traduz-se na necessidade de estabelecimento do conformismo social, isto é, a adaptação do homem ao ambiente, supondo um equilíbrio psicofísico que é, assim, a base de uma sociabilidade”. (IAMAMOTO, 2009)

Esse entendimento é essencial, pois nos leva a refletir sobre como o “conformismo social” também está imbricado nas conformações de gênero. Somos socializados para desempenhar papéis e seguir normas de conduta que nos moldam como homens e mulheres, e qualquer desvio desse padrão é socialmente condenado.

Nos GHAV, os encontros geralmente se iniciam com um disparador de conversa — uma pergunta, vídeo, música ou dinâmica — que provoque reflexão e estimule o debate. A partir disso, cada participante é convidado a elaborar seu ponto de vista. É nesse momento que se rompe com o chamado “silêncio dos homens”, pois eles são instigados a falar, externalizar sentimentos, desejos, frustrações e vulnerabilidades.

Durante os encontros, são discutidos temas como: a história da relação da mulher com a sociedade; definições e construções sociais de gênero; desigualdades de gênero; a naturalização da mulher como propriedade ou ser inferior; a construção da violência nesse contexto; e as imposições feitas aos homens no processo de construção das masculinidades. Também são abordados temas como conjugalidade, comunicação, mediação de conflitos, parentalidade e paternidade, uso e abuso de substâncias psicoativas, saúde mental, direitos sociais e rede de serviços — sempre considerando as especificidades de cada grupo.

É importante destacar que cada grupo é único, e sua condução não deve ser engessada, mas sim fluida, permitindo a escuta das necessidades e demandas dos participantes, adaptando as temáticas conforme emergem.

No entanto, dentro do Serviço Social, o trabalho com homens ainda encontra resistências. Há escassa produção acadêmica sobre o tema, e poucos pesquisadores se dedicam a estudar suas nuances e especificidades. Bortoli (2020, p. 56), ao realizar um levantamento sobre a produção de conhecimento no campo das violências de gênero e masculinidades no Serviço Social, concluiu que “no Serviço Social há uma dificuldade de produção de pesquisas no campo das violências de gênero, ainda mais aquelas que consideram os ‘homens’ como sujeitos dos estudos”. O autor sugere que isso pode estar relacionado ao predomínio de uma vertente teórica hegemônica na profissão, crítica às teorias de gênero denominadas pós- modernas, e que compreende o materialismo histórico-dialético como o referencial mais adequado para apreender as questões de gênero.

A perspectiva crítica do Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro, aliada ao caráter radicalmente democrático da atuação profissional — comprometida com a ampliação da cidadania, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo — impõe aos/às assistentes sociais posicionamentos éticos e respostas que superem o imediatismo, a fragmentação e o senso comum que permeiam o cotidiano profissional.

Em diversos espaços e processos de trabalho, o/a assistente social possui “competência para formular análises fundamentadas e responder, de forma qualificada e na perspectiva dos direitos, às necessidades apresentadas pelas/os usuárias/os das diferentes políticas sociais” (CFESS, 2016).

A própria concepção de grupo como instrumento técnico-operativo do Serviço Social oferece elementos fundamentais para refletirmos sobre como a profissão pode contribuir no trabalho com homens autores de violências.

Moreira (2017) compreende que as atividades grupais devem ser concebidas como ações socioeducativas, orientadas por uma perspectiva pedagógica que leve o indivíduo a se reconhecer como um ser social — que determina e é determinado pela realidade concreta, marcada por múltiplas contradições. Essa abordagem propicia a crítica à realidade objetiva que o/a cerca, rompendo com a imediatividade do cotidiano e favorecendo a troca de saberes e a discussão de ideias.

As ações pedagógicas de caráter emancipatório apresentam grande potencial para desconstruir valores subalternizantes, frequentemente internalizados pelos participantes e enraizados no senso comum. É por meio de intervenções que estimulem a reflexão crítica — e, com ela, a identificação de contradições — que esses valores podem ser questionados, abrindo espaço para a construção de novos referenciais.

Vasconcelos (1997) também destaca que os grupos podem ser utilizados com diferentes finalidades: tanto para ações pedagógicas de cunho subalternizante quanto para intervenções socioeducativas de caráter emancipatório. Essa distinção reforça a importância de uma intencionalidade crítica e ética na condução dos grupos, especialmente quando se trata de processos voltados à transformação das relações de gênero.

As ações profissionais do assistente social possuem uma função pedagógica, cujo princípio educativo está diretamente relacionado aos vínculos que a profissão estabelece com as diferentes classes sociais. Com a adoção do paradigma crítico-dialético e a construção do projeto ético-político da profissão, consolida-se um novo princípio educativo, que impulsiona uma pedagogia emancipatória. Nesse contexto, a orientação e o acompanhamento — enquanto ações socioeducativas — realizados por assistentes sociais comprometidos com esse projeto podem contribuir significativamente para o fortalecimento de processos emancipatórios. Tais processos promovem a formação de uma consciência crítica dos sujeitos diante da apreensão e vivência da realidade, além de favorecerem práticas democráticas que asseguram direitos. (MIOTO, 2009)

As ações socioeducativas, dentro dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares fundamentais: a socialização de informações e o desenvolvimento de um processo reflexivo na relação entre profissionais e usuários. Esses pilares sustentam o processo educativo orientado pelos princípios do Código de Ética do Assistente Social (1993). Neste contexto, destaca-se o processo reflexivo, característico das ações socioeducativas, que se desenvolve ao longo da trajetória compartilhada entre o assistente social e os usuários, na busca por respostas às suas necessidades — imediatas ou não. O objetivo central desse processo é a formação da consciência crítica. Tal objetivo só se concretiza quando são criadas condições que permitam aos usuários elaborar, de forma consciente e crítica, sua própria concepção de mundo. (MIOTO, 2009)

Ante o exposto, interessa-nos aqui refletir sobre como a inserção de assistentes sociais no trabalho com grupos reflexivos para homens autores de violência tem potencial de qualificar a intervenção e ampliar as possibilidades de alcance dos objetivos propostos. Ainda, desejamos repercutir em como o saber construído pelo Serviço Social pode contribuir para um olhar mais amplo, coletivo e menos individualizante das situações de violência. Para tanto, é imprescindível problematizar as competências profissionais do Assistente Social, e sua interface com a demanda estudada neste texto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade tem dado maior visibilidade ao tema das violências contra as mulheres. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que se compreenda que, para alcançar a equidade de gênero, é imprescindível desconstruir valores patriarcais profundamente enraizados na cultura e no processo de socialização dos indivíduos. Para isso, torna-se inevitável o diálogo com os homens.

Com base nos dados apresentados e nas discussões desenvolvidas, destaca-se a importância da ampliação do trabalho com homens autores de violência de gênero, reconhecendo a potência transformadora que esse tipo de intervenção pode representar para a sociedade. É igualmente necessário enfatizar o papel estratégico do Serviço Social na gestão, planejamento, coordenação e facilitação de grupos com esses homens.

O trabalho com os Grupos de Homens Autores de Violência (GHAV) tem se mostrado uma experiência com significativo potencial de transformação de posturas e comportamentos violentos, influenciando positivamente a forma como os participantes se relacionam com as diversas mulheres em suas vidas. O atendimento especializado a esses homens representa não apenas uma mudança de paradigma, mas também um trampolim para a construção de novas formas de sociabilidade.

Essa transformação pode ser observada, por exemplo, nos resultados de atividades desenvolvidas pelo Projeto Refletir. Em uma delas, os participantes foram convidados a escrever uma “carta” dirigida àqueles que viriam depois deles. A seguir, o poema escrito por um dos participantes:

Cheguei hoje
Achei que tomaria mais uma dose do ontem
Mas o hoje passou
Descobri então que o amanhã estava aqui
E chegou o amanhã
Bebi uma dose finalmente o ontem.
Mas hoje sem amargor
Esperei então pelo amanhã
Quando o amanhã chegou
Já não estava mais bebendo
Já estava degustando
E o ato de amar
Se tornou transparente
A vida é uma eterna oportunidade
Se permita. (R.F.F. - 09/05/2023)

Considerando que o Serviço Social é uma profissão cuja base teórica se orienta para a análise do sujeito em sua inserção nos contextos micro e macrosociais, e tendo em vista o projeto ético-político que norteia sua atuação, é fundamental reconhecer que a questão social — objeto central da profissão — se expressa, entre outras formas, na violência contra a mulher. Dessa forma, torna-se uma obrigação ética que o Serviço Social também se debruce sobre a compreensão das masculinidades e sobre como sua construção histórica e cultural tem impactado as relações de gênero, gerando desigualdades e violências. Como afirma Yamamoto (2006), embora seja um desafio, não se trata de uma impossibilidade: “o que

se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades dos homens construir sua própria história.”

Não existem soluções fáceis para questões tão complexas. No entanto, a articulação coletiva tem o poder de construir, a muitas mãos, o caminho para a transformação social que tanto almejamos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: Serviço Social e Sociedade, nº 79. Editora Cortez, São Paulo. 2004

ALESC. **Observatório da Violência contra a Mulher - OVM**. Disponível em <https://ovm.alesc.sc.gov.br/> Acesso em 1º de abril de 2025

Assembleia Geral da ONU. **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 de março de 2024

BARROCO, Maria. Lúcia. S. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2022, n. 143, pp. 12-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 de março de 2024

BASTOS, Angela. Sozinhas: histórias de mulheres que sofrem violência no campo. **ClicRBS e Diário Catarinense**, 26 jun. 2017. Disponível em:< https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/violencia_contra_mulheres_do_campo/sozinhas.html>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

BEIRAS, A; MARTINS, D.F.W.; SOMMARIVA, S.S.; HUGILL, M.S.G. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil**: Mapeamento, análise e recomendações. Edição Eletrônica. Florianópolis, 2021. Disponível em <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/grupo-reflexivo.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2024.

_____. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil**: perspectivas e estudos teóricos. Dados eletrônicos. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. Disponível em https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/E-book_Edicao_Beta16-1.pdf Acesso em 22 de abril de 2025

BORTOLI, Ricardo. **Violência de gênero e masculinidades no SUAS**. Florianópolis, 2015.
_____. **Violências de Gênero contra as mulheres em Blumenau/SC**: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do Direito. Florianópolis, 2020.
BRASIL, 1993. Lei 8662 de 1993. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de ética do Assistente Social**. Brasília, 1993

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**).

_____. Portaria nº 495 de 2 de abril de 2016. **Política Nacional de Alternativas Penais**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2957>. Acesso em: 20 de março de 2024.

CFESS. **CFESS MANIFESTA: Dia Internacional de Combate às Drogas**. Brasília, 2012. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaantidrogas-site.pdf Acesso em 22 de abril de 2025

CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao preconceito: o estigma do uso de drogas**. Brasília, 2016. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno02-OEstigmaDrogas-Site.pdf> Acesso em 22 de abril de 2025

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher
- Convenção de Belém do Pará, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm Acesso em: 20 de março de 2024

COSTA, Renata Gomes da; VIEIRA, Monique Soares. **A violência contra as mulheres como expressão da questão social no Brasil**. Florianópolis, 2022. Disponível em <https://surl.li/cobzet> Acesso em 25 de abril de 2025

FORTE, Ana Caroline Freitas do Monte e Silva. **A “questão social” como objeto de estudo do Serviço Social: suas refrações na Política de Assistência Social e os desafios profissionais do assistente social**. 2020. Disponível em [file:///C:/Users/patriciavedana/Downloads/admin,+436%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/patriciavedana/Downloads/admin,+436%20(1).pdf) Acesso em 24 de abril de 2025

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. **As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: MOTTA (et al) **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006

_____. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

LEÃO, Alice Alves Menezes Pontes de. **Serviço Social e Masculinidades: os desafios do debate de gênero na formação profissional**. Blumenau, v. 9, n. 18, p. 93–108, 2023. DOI: 10.21166/rext.v9i18.2930. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/2930>. Acesso em: 28 abr. 2025

MACHADO; Wanderlea M.; SANTOS, Ana Paula dos. **METODOLOGIA Programa Central de Penas e Medidas Alternativas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis/SC. Reedição, 2022.

_____. Projeto Refletir - Homens Autores de Violência Doméstica contra a mulher. Florianópolis/SC. Reedição, 2021.

MOREIRA, Carlos Felipe N. **O grupo no trabalho de assistentes sociais e sua dimensão educativa**. In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. CRESS/MG, Belo Horizonte, 2023.

Organização dos Estados Americanos, **Convenção Americana de Direitos Humanos** (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 20 de março de 2024

NETTO, J. P. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo, Cortez: 2004.

PAIVA, Beatriz A. e SALES, Mione A. **A Nova Ética Profissional: práxis e princípios**. In: BONETTI, Dilséa Adeodata. Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. **Linchamento de 1950**. In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 87-92. ISBN: 978-85-64905-65-8. <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0020>.

SALINET, Maria Fernanda. Ideia de ‘faroeste’ ajuda a explicar porque região de SC lidera feminicídios. **ND+**, Florianópolis/SC, 30/12/2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/ideia-de-faroeste-ajuda-a-explicar-por-que-regiao-de-sc-lidera-femicidios-veja-dados/>. Acesso em: 30 mai, 2025.

SANTOS, Ângela Aparecida. **Estudos rurais: Uma breve retórica sobre o patriarcado**. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17968/14546>. Acesso em: 30 mai, 2025.

SILVA, José Remon Tavares da. **Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>. Acesso em: 25 de março de 2025.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003 YAZBEK, Maria Carmelita. **Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade**. Brasília: CEAD/UnB, 2000